

Collor busca o fim da ciranda

MÁRCIO DE MORAIS

BRASÍLIA — O prazo dado pelo presidente Fernando Collor para que as estatais acabem com a "ciranda do calote" termina na quinta-feira. Os ministros da Infra-Estrutura, Eduardo Teixeira, da Aeronáutica, brigadeiro Sócrates Monteiro, e os presidentes das estatais com maior volume de dívidas — Petrobrás, Eletrobrás, Telebrás, Rede Ferroviária Federal, siderúrgicas e Embraer — terão de apresentar, em reunião que será realizada pela manhã no Palácio do Planalto, um estudo que dê solução global para o problema. Collor pretende, com isso, restabelecer a credibilidade e a moralidade na administração pública. Amanhã, a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, define com Eduardo Teixeira as bases que as estatais deverão observar para o acerto das contas. A ciranda do calote é a denominação dada ao processo de institucionalização das dívidas estatais, no qual cada uma das empresas se nega a pagar a outra sob o argumento de que não recebe de uma terceira. O secretário-executivo do Minfra, Simá Freitas de Medeiros, disse que o presidente admitirá qualquer negócio para liquidação das dívidas, "desde que não caia no Tesouro". Medeiros afirmou que é difícil quantificar o volume das dívidas. "Somente no setor elétrico há um rombo de US\$ 2 bilhões (cerca de Cr\$ 496 bilhões ao câmbio comercial)", admite. Tais dívidas devem-se, basicamente, ao acúmulo de contas não pagas pelas concessionárias estaduais às empresas supridoras (Furnas, Companhia Hidrelétrica do São Francisco-Chesf, Eletronorte e Eletrosul. O governo federal ameaça com intervenção federal as concessionárias inadimplentes, caso da Companhia

Energética de São Paulo (Cesp) e Companhia de Eletricidade do Paraná (Copel). A ciranda do calote atinge especialmente o Minfra, que controla 123 estatais — o número sobe para 238 se contadas também as coligadas e autarquias, como o DNER. Esse órgão deve mais de US\$ 100 milhões (cerca de Cr\$ 24,8 bilhões) à Petrobrás. Essa estatal é, ália, uma das maiores vítimas do calote generalizado. A Petrobrás, que figura entre as 60 maiores empresas do mundo, tem créditos de US\$ 1 bilhão (cerca de Cr\$ 248 bilhões) com as suas coirmãs, dos quais US\$ 600 milhões (cerca de Cr\$ 148,8 bilhões) do grupo Eletrobrás. A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e a Rede Ferroviária Federal têm também grandes débitos com a Petrobrás. O próprio governo federal, por meio do Departamento Nacional de Combustíveis (DNC), possui a conta Frete de Unificação de Preços, destinada a cobrir as despesas com transferência de combustíveis para tornar o preço único em todo o País, que deve outros US\$ 1 bilhão à Petrobrás. Mas a estatal também tem culpa no cartório: sua dívida com o Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND) é de US\$ 600 milhões. Ela deve outros US\$ 30 milhões à Previdência Social. Outros casos graves de calote público estão nas siderúrgicas. A CSN deve US\$ 2,1 bilhões (cerca de Cr\$ 520,8 bilhões) aos credores internos e externos, dos quais US\$ 19,7 milhões (cerca de Cr\$ 4,9 bilhões) ao Estado do Rio de Janeiro. A Cosipa tem uma dívida de US\$ 1,9 bilhão (cerca de Cr\$ 471,2 bilhões), sendo US\$ 100 milhões (Cr\$ 24,8 bilhões) ao Estado de São Paulo, que por sua vez deve bilhões ao governo federal. A Rede Ferroviária Federal tem uma dívida superior a US\$ 600 milhões, sendo que 77% com estatais federais.